



## **PROBLEMÁTICAS ACERCA DA PRESENÇA AFRICANA E AFRO-DESCENDENTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DOS ANOS 30: REFERÊNCIAS DO PASSADO E REFLEXÕES PARA O PRESENTE**

Sarah Calvi Amaral Silva  
Mestre em História - UFRGS  
[amaral.sarah3@gmail.com](mailto:amaral.sarah3@gmail.com)

Durante a década de 1930, quando setores importantes da intelectualidade buscavam respostas para os “problemas” de uma nação carente de elementos que apontassem para a tão sonhada modernização, muitos foram os que assumiram a tarefa de desvelar a constituição racial do “povo” brasileiro. Um novo projeto de nação estava em curso, a partir do qual intelectuais articularam sua atuação profissional no sentido de responder às questões político-sociais candentes em seu tempo<sup>1</sup>. Por outro lado, novos modelos analíticos eram incorporados às nascentes Ciências Sociais por aqueles interessados em engajar-se, estrategicamente, nos debates tocantes à cultura definida como brasileira. Nesse contexto, o campo de estudos africanos e de relações raciais<sup>2</sup> – articulado em torno dos Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1934) e Salvador (1937) - foi se formando tendo em vista questões referentes às religiões de matriz

---

<sup>1</sup> Sobre a prática de intelectuais brasileiros na primeira metade do século XX, temos a clássica discussão travada entre Sérgio Miceli (2001) - partidário de uma perspectiva estruturalista inspirada no conceito de “campo” proferido por Pierre Bourdieu - e Daniel Pécaut (1990). Este último parte de um viés interacionista, privilegiando a observação de uma cultura política na qual os intelectuais desempenhavam importante papel, quando chamados a resolver os “problemas” de sua nação. Em decorrência da operação de metodologias e escopos teóricos muito distintos entre si para definir o que era ser um intelectual no Brasil, uma das principais discordâncias entre as teses de Miceli e Pécaut reside na idéia da formação de um campo intelectual autônomo no Brasil. O primeiro autor defende a existência desse campo, estruturado em si mesmo, cujo funcionamento se daria por suas próprias regras de consagração, sem a interferência de aspectos políticos, por exemplo. Já Pécaut, afirma a impossibilidade da constituição desse campo, devido à heterogeneidade da atividade intelectual brasileira, intrinsecamente marcada por interseções entre a ação política e a produção de saberes científicos.

<sup>2</sup> Entendemos a formação do campo de estudos africanos e de relações raciais como socialmente construído e inscrito em contextos marcados por hierarquizações raciais discriminatórias. Segundo Ângela Figueiredo e Osmundo Araújo: “O campo das Ciências Sociais brasileiras, notadamente no que se refere aos estudos das relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimentando as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, como, constituindo modelos de leitura legítimos para a realidade, ajuda a ocultar o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada.” (ARAÚJO e FIGUEIREDO, 2002, p.198)



africana, ao contato entre brancos e negros escravos durante o tráfico negreiro via Atlântico, e à influência e conseqüências da presença negra na constituição do país.

Este artigo tem por objetivo discutir dois mecanismos que possibilitaram a recepção e resignificação de teorias e métodos nas letras brasileiras, cuja manipulação culminou na construção de estereótipos e identidades raciais: a montagem de redes sociais entre intelectuais brasileiros e estrangeiros, relacionada à transnacionalidade, através da qual circularam pessoas e idéias que emprestaram às humanidades dos anos 30 um caráter extremamente heterogêneo e complexo. Abordaremos a problemática com base no estudo do programa de trabalho desenvolvido no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, onde ficou evidenciado o estado da arte da produção das Ciências Sociais e, em menor medida, da historiografia sobre as temáticas em questão.

#### *O II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador*

O II Congresso Afro-Brasileiro ocorreu entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1937 nas dependências do Instituto Nina Rodrigues (pertencente à Faculdade de Medicina da Bahia) e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Lá, reuniram-se intelectuais brasileiros, cientistas sociais estrangeiros e diversas lideranças negras ligadas, principalmente, ao universo afro-religioso da capital baiana. Dentre as atividades previstas, incluíram-se visitas aos terreiros mais “tradicionais” de Salvador, conferências, homenagens a figuras ilustres e apresentação e leitura de trabalhos que versaram sobre os múltiplos aspectos da presença africana no Brasil.

As teses publicadas nos anais do conclave (CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 1940) trouxeram perspectivas variadas referentes ao papel das relações raciais e das culturas africanas na formação histórico-social brasileira. Foram incluídos títulos sobre cultura, religião, música, intersecções entre classe e “raça”, história e literatura. Tal diversidade demonstra o quanto o campo dos estudos africanos perpassava diversas áreas do conhecimento que, apesar de diferentes entre si, possuíam pontos convergentes, sendo a ênfase colocada em sistemas raciais e nas culturas negras convertida em importante chave interpretativa. Nas palavras da Comissão Executiva, composta por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães:



Este Congresso tem por fim estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil, sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da sociologia, do direito, da psicologia social, enfim, de todos os problemas de relações de raça no país. Eminentemente científico, mas também eminentemente popular, o Congresso não reúne apenas trabalhos de especialistas e intelectuais do Brasil e do estrangeiro, mas também interessa à massa popular, os elementos ligados, por tradições de cultura, por atavismo ou por quaisquer outras razões, à própria vida artística, econômica, religiosa do Negro no Brasil. (CARNEIRO, FERRAZ, GUIMARÃES, 1940, p.15)

A abrangente proposta de trabalho - não restrita a atividades tradicionalmente definidas como eruditas - se refletiu na grade de debates realizados pelos congressistas. Do total de vinte e três comunicações publicadas, treze trataram de assuntos relativos às manifestações culturais e às religiões de matriz africana.<sup>3</sup> Dessa forma, se por um lado existia certa abertura para a discussão de aspectos do mundo afro-descendente que não aquelas, à época, delimitadas como culturais, por outro, ao que parece, os interesses voltados para a temática negra partiram, principalmente, de estudiosos mais próximos às pesquisas de viés culturalista.

Em relação ao desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, esses dados apontam para a progressiva incorporação de temas atravessados por um culturalismo boasiano ainda em processo de apreensão, porém já portador de influências expressivas entre a intelectualidade atenta a novidades teóricas. Tais inovações teriam permitido a elaboração de interpretações baseadas mais na observação direta das culturas negras em suas manifestações sociais do que no racismo científico, hegemônico na cena letrada nacional desde o século XIX até a década de 1920.

Naquele período, influenciados por pressupostos advindos da Antropologia Física europeia, letrados pertencentes aos museus de história natural, faculdades de medicina e direito e Institutos Históricos e Geográficos procederam ao estudo das “raças” que teriam caracterizado a conformação social do Brasil (SCHWARCZ, 1993). Utilizaram, para tanto, métodos desenvolvidos em academias tradicionais francesas e

---

<sup>3</sup> Levantamento realizado com base nos índices dos Anais do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. As contribuições de pais e mães-de-santo publicadas no volume não foram incluídas nesta contagem, pois pensamos que suas memórias, receitas culinárias rituais e produção de saberes não se enquadram nas categorias “acadêmicas” com as quais trabalhamos. (Congresso Afro-Brasileiro, 1940, p.365-367)



italianas, principalmente a craniometria de Paul Broca. Associada a outros caracteres fenotípicos, tais como a largura do nariz, a grossura dos lábios, a cor da pele e a textura dos cabelos, acreditava-se que as medições do cérebro e da cabeça poderiam fornecer dados significativos sobre os estágios de desenvolvimento da humanidade (STAUM, 2004). Quanto mais afastados do modelo branco europeu ocidental, menos civilizadas e mais inferiores seriam os representantes de determinada “raça” (SILVEIRA, 1999).

Do ponto de vista teórico, a conjuntura de realização dos Congressos Afro-Brasileiros marcou, justamente, as tentativas de superação do corpo teórico-metodológico característico do racismo científico. No bojo da construção de um novo projeto de nação para o Brasil, no qual o “povo” e a cultura popular brasileira deveriam ser valorizados em suas particularidades, os pressupostos anteriormente proferidos pela elite letrada já não serviam mais. Afinal, não seria possível exaltar uma população formada por elementos “raciais” inferiores desprovidos de qualidades civilizatórias.

Quanto ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, a participação não-presencial do antropólogo estadunidense Melville Herskovits pode ser compreendida como um indício das transições conceituais em curso nas ciências sociais. Ainda, no que concerne aos congressistas brasileiros, as teses apresentadas por Edison Carneiro e Arthur Ramos, por exemplo, trouxeram tentativas significativas de superação das classificações raciais biológicas. Ramos - um dos principais interlocutores e apoiadores de Carneiro durante os trâmites preparatórios do evento baiano - estabeleceu, ao longo da década de 30, contatos epistolares com inúmeros pesquisadores dedicados aos estudos africanos. Entre eles, encontra-se, justamente, Melville Herskovits.

#### *Breves comentários sobre Arthur Ramos e a Escola Nina Rodrigues*

Visando fazer frente à hegemonia conquistada por Gilberto Freyre no campo de estudos africanos e de relações raciais, alguns intelectuais formados na Bahia e outros residentes no Rio de Janeiro passaram a engajar-se nas discussões científicas e político-sociais em voga na década de 30 (CORRÊA, 1999). Para ampliar seus espaços de enunciação, os médicos Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, bem como o educador Anísio Teixeira, ocuparam cargos no aparelho burocrático estatal, em universidades recém-



fundadas e em editoras importantes (CORRÊA, 1998). Auto-intitulados discípulos do mestre em “africanologia”, Raymundo Nina Rodrigues, os idealizadores de sua Escola revisitaram os materiais etnográficos por ele deixados, coletados junto a espaços ocupados por comunidades negras na Salvador da virada do século XIX para o XX. Com isso, Ramos, Peixoto e Teixeira tiveram por objetivo legitimar seus próprios trabalhos, a partir da reivindicação de uma filiação ancestral aos estudos do médico maranhense. Afinal, para que fosse possível a formação de uma “Escola” capaz de disputar legitimidade, seria necessário dotá-la de uma história, precisamente num momento de “renhida disputa político-intelectual” em torno da precedência e pioneirismo referentes aos estudos sobre o negro (CORRÊA 1998, p. 220).

Nesse sentido, é importante recordar que, no contexto do Estado Novo, a democracia racial figurou em importante pilar discursivo e político-social, cujos conteúdos subsidiaram a elaboração de projetos culturais e políticas públicas.<sup>4</sup> A nacionalidade brasileira fora amplamente pensada a partir daquele critério e, por isso, considerada capaz de assimilar em seus ingredientes calcados numa mestiçagem biológica e cultural todas as particularidades definidoras da *brasilidade*.

Ainda, devemos considerar o processo de institucionalização das Ciências Sociais, onde a definição de conteúdos disciplinares, o preenchimento de cargos docentes, a estruturação de novas universidades e a demarcação de áreas do conhecimento diferenciadas não deixaram de influenciar a atuação da intelectualidade (MICELI, 2001). Nesse caso, fez parte desse mesmo processo a disputa em torno de categorias analíticas inovadoras para os padrões “científicos” nacionais, momento em que tanto Ramos, quanto Freyre buscaram, ocasionalmente, articular suas teses às modernas pesquisas antropológicas culturalistas. De modo que a “operação de guerrilha”<sup>5</sup> montada pelos intelectuais reunidos, em determinadas situações, sob o rótulo de Escola Nina Rodrigues, teve de ser dotada de algumas estratégias concretas.

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre as articulações entre os debates sobre o negro e a montagem do projeto de nação varguista ver coletânea organizada por Dulce Pandolfi (1999).

<sup>5</sup> A expressão é de Mariza Corrêa (1998).



Arthur Ramos<sup>6</sup> esteve à frente de uma intensa revisão crítica das teses de Nina Rodrigues, devido à presença de postulados do racismo científico nos trabalhos de seu mestre. Mesmo que Nina tenha sido um dos primeiros letrados brasileiros a realizar pesquisas de campo nas comunidades negras de Salvador – o que, metodologicamente, se aproximava muito das etnografias -, as teorias por ele manipuladas, na interpretação dos dados coletados em campo, foram buscadas nas hierarquias raciais biológicas<sup>7</sup>. Arthur Ramos passou a se posicionar como um dos precursores brasileiros dos estudos africanos somente após as tentativas de filtragem do racismo científico característico dos escritos de seu mestre. E, a partir de então, a identificação de *africanismos* nas culturas afro-descendentes daqui, seria privilegiada nos trabalhos de Ramos como forma de explicação da presença negra no Brasil.

A aproximação de Ramos com a Antropologia Cultural africanista, ao que parece, se deu quando o psiquiatra ocupava a cadeira de Psicologia Social da recém-fundada Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>8</sup>. Em carta enviada a Melville Herskovits no dia 28 de fevereiro de 1935, o autor brasileiro afirma: “tenho atualmente um curso de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e estou procurando inteirar-me da bibliografia norte-americana. Muito grato ficaria se me fornecesse, ao seu critério, qualquer indicação neste particular.”<sup>9</sup> Mesmo influenciado pela orientação evolucionista que permeava os estudos de Psicologia Social naquele período

---

<sup>6</sup> Arthur Ramos nasceu no ano de 1903 na cidade de Pilar, Alagoas, e faleceu em 1949, na França. Nos anos 20 estudou medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Posteriormente, exerceu a profissão como psiquiatra e médico legista em algumas instituições da Bahia. Na década de 30, Ramos mudou-se para o Rio de Janeiro, onde chefiou a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Distrito Federal. Em 1935 assumiu a cadeira de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, quando estabeleceu os primeiros contatos com a Antropologia Cultural africanista. Já em 1938, Ramos torna-se professor de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Dados biográficos presentes em Mariza Corrêa (1998).

<sup>7</sup> O objetivo de Nina Rodrigues, ao estudar as comunidades negras da Bahia, era o de perceber manifestações sociais e culturais de substrato patológico, tais como a propensão ao crime, à loucura e ao alcoolismo. As raças negras – por conta de suas determinações raciais inferiores – seriam as populações que mais expressariam este estado de doença. (CORRÊA 1998). Ver principalmente o capítulo 1, onde a autora expõe os principais pressupostos de análise de Nina Rodrigues. Sobre as influências da Antropologia Física sobre a obra de Nina Rodrigues, ver também (PETRUCCELLI, 1996).

<sup>8</sup> Para acompanhar a história da UDF e da institucionalização de suas disciplinas e quadros docentes ver, entre outros, o trabalho de Maria Hermínia Tavares de Almeida, 2001

<sup>9</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 15, 172 - Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.



(DUARTE, 1999, p. 11-12), Ramos necessitou se apropriar de novos métodos e conceitos, para que suas teses possuísem chance de concorrência no campos de estudos africanos e relações raciais. Dessa forma, torna-se revelador o exercício da docência de Gilberto Freyre também na UDF, porém como professor de Antropologia Social e Cultural, área de interesse igualmente visada por Arthur Ramos.

Além da revisão dos trabalhos de Nina, da atuação em universidades e da constituição de diálogos junto a pesquisadores estrangeiros, o emergente mercado editorial nacional foi marcado pela estratégia concorrencial empreendida pela Escola Nina Rodrigues. No mesmo período em que desempenhava funções importantes na UDF e na Secretaria de Cultura do Distrito Federal como psiquiatra, Ramos dirigia a coleção Biblioteca de Divulgação Científica, da Companhia Editora Nacional (PONTES, 2001). Através do espaço editorial, Ramos demarcou incisivamente o campo de estudos africanos e de relações raciais em seu favor, procedendo à reedição dos principais ensaios de Nina Rodrigues, bem como à publicação de trabalhos dos idealizadores da “Escola de Nina” (CORRÊA, 1999, p.35).

#### *Os estudos africanos e de relações raciais para além das fronteiras tradicionais*

Como professor universitário, editor de prestígio e médico respeitado, Ramos exerceu certa influência sobre a elaboração do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, visando também se colocar na trincheira concorrencial em relação ao sucesso que o certame de Recife obteve em 1934, sob a liderança de Gilberto Freyre. No dia 12 de dezembro de 1936, Edison Carneiro informava a Arthur Ramos: “Aderimos à idéia de homenagem a Nina. Já oficiamos ao diretor da Faculdade [de Medicina] e ao Instituto [Nina Rodrigues] para eles colaborarem. A solenidade será na Faculdade. Lá você terá de ler a sua tese sobre a escola de Nina. Vale?”<sup>10</sup> De fato, a “adesão” às congratulações a serem prestadas a Raymundo Nina Rodrigues rendeu ao evento duas pequenas comunicações, uma de Carneiro (1940, p. 331-334) e outra de Ramos (1940, p. 337-339), e palavras honrosas dirigidas a Nina nos discursos

---

<sup>10</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I - 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Salvador, 12 de dezembro de 1936.



publicados nos anais do conclave. Além disso, a Psicologia Social fora mencionada na fala de abertura da Comissão Executiva como área de interesse para o estudo da influência do “elemento negro” no Brasil, apesar de, entre a lista de participantes, somente Arthur Ramos possuir tal formação.

Conforme nos apontam parte das cartas referenciadas no catálogo do *Arquivo Arthur Ramos* (FAILLACE, 2004), os anais do II Congresso Afro-Brasileiro e a bibliografia especializada, a montagem da grade de trabalho do certame reunido em Salvador perpassou diversos caminhos. Através de diálogos intelectuais e disputas por posições de prestígio, conceitos e métodos em debate acabaram por definir as possibilidades de investigação da cultura brasileira, sob a perspectiva das relações raciais. Nesse sentido, o estabelecimento de redes sociais transnacionais formou parte do processo de renovação conceitual das ciências sociais, cujo desenvolvimento contribuiu para a problematização de categorias como a “raça” biológica.

As conversas epistolares empreendidas entre Arthur Ramos e Melville Herskovits podem ser compreendidas nesse contexto, a partir do qual a intelectualidade brasileira tomou conhecimento do estado da arte da Antropologia Cultural e da Sociologia estadunidenses. Desde então, tornaram-se recorrentes as comparações realizadas entre os sistemas raciais do Brasil e dos Estados Unidos, a busca de sobrevivências de traços culturais africanos nas culturas afro-descendentes daqui, entre outras discussões relevantes para o campo.

A operação mais tradicional do método comparativo fora abordada de maneira muito pertinente em artigo de Micol Seigel (2005), onde a autora discute quais seriam as unidades ou questões passíveis de comparação entre sistemas raciais. Para Seigel, ao invés de se partir de semelhanças e diferenças entre estados nacionais tomadas como verdades consolidadas - como é o caso emblemático do Brasil e dos Estados Unidos -, deve-se perceber as conexões transnacionais existentes entre as estratégias de resistência negra presentes em países marcados pelo colonialismo e pela escravidão. Tal perspectiva não implica, contudo, desconsiderar as nações como unidades importantes em análises referentes às relações raciais, mas sim incorporá-las como um dos possíveis conjuntos de fenômenos sociais pertinentes à operação comparativa (2005, p.63).



Por outro lado, segundo Seigel, semelhanças e diferenças tidas como particulares a nações específicas foram, em parte, produzidas por uma intelectualidade interessada na cultura e na “raça”. Tal movimento ocorreu através da montagem de redes sociais transnacionais, por meio das quais circularam idéias, pessoas e formas de cultura participantes da construção da categoria “raça” (2005, p.66). Ou seja, aqueles intelectuais que utilizaram o método comparativo baseado em modelos nacionais pré-concebidos foram, ao mesmo tempo, sujeitos elaboradores desses modelos e, por dentro deles, da “raça” como categoria social e analítica. Para a autora, tal dinâmica possibilitou a criação de dois arquétipos: o primeiro é a idéia dos Estados Unidos como um lugar de racismo e de uma gritante dicotomia racial; e o segundo é a idéia do Brasil como um local de multiplicidades raciais de contornos mais sutis. Constituídos como campos discursivos poderosos, esses dois estereótipos subsidiaram projetos políticos e fizeram parte da própria história das relações raciais dos dois países (2005, p.67).

Evidentemente, nenhum discurso pode ser produzido e compreendido se não ancorado em sua realidade social e histórica de elaboração e, de fato, existiram pontos nodais convergentes e divergentes entre os sistemas raciais e as estratégias de resistência constituídas no Brasil e nos Estados Unidos. Apenas gostaríamos de destacar o quanto, do ponto de vista do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, a construção de categorias analíticas e modelos de leitura de realidades complexas esteve ligada à circulação de pesquisadores e intelectuais de variados lugares. Neste fluxo, as trocas de materiais escritos, experiências profissionais e solidificação de alianças e desafetos, auxiliaram a compreensão da presença afro-descendente no Brasil sob lentes diversas. Nas trajetórias intelectuais de alguns autores, os diálogos com pesquisadores estrangeiros e os estudos acadêmicos realizados em outros países foram fundamentais para a construção de comparações baseadas em unidades nacionais.

Esse é o caso de Arthur Ramos que, além de buscar substituir a noção biológica de “raça” pelo conceito de cultura aprendido com a Antropologia Cultural, instrumentalizou, para o Brasil, o quadro de africanismos elaborado por Melville Herskovits. Ao mesmo tempo, Ramos acompanhou, mesmo que à distância, as pesquisas realizadas pelo sociólogo Donald Pierson, quando de suas incursões em



alguns dos candomblés de Salvador. A seguir, veremos como essas redes de relações transnacionais operaram no II Congresso Afro-Brasileiro de 1937.

*Estrangeiros na Bahia e brasileiros em diálogo transnacional*

Herskovits realizou sua formação na Universidade de Columbia e, juntamente com Ruth Benedict e Margaret Mead, fez parte da terceira geração de antropólogos formados por Franz Boas (ERIKSEN, 2007, p.74). O escopo teórico e metodológico de Boas fora construído, através da elaboração do método etnográfico, combinada à definição conceitual da cultura como uma particularidade. Sob essa perspectiva, cada sociedade humana possuiria sua própria cultura, manifestada em formas de organização social, religiosa, festiva, familiar e assim por diante. Por sua vez, as culturas não seriam desiguais (do ponto de vista evolutivo), mas sim diferentes em relação umas às outras, por conta de suas particularidades. Este ponto de vista foi, posteriormente, denominado de relativismo cultural e, em finais do século XIX, assumiu importante papel nas ciências sociais pelo fato de apresentar reflexões científicas que valorizavam todas as expressões culturais da humanidade.

Assim, Franz Boas apresentou importantes alternativas analíticas (CASTRO, 2007, p.13-14) num mundo marcado pela expansão imperialista e mutilado por conflitos, durante os quais, o racismo ascendia como justificativa para o “fardo do homem branco” e sua missão civilizatória. Em resumo, como coloca Denys Cuche:

Boas (...) se dedicou a mostrar o absurdo da idéia de uma ligação entre traços físicos e traços mentais, dominante na época e implícita na noção de ‘raça’. Para ele, era evidente que os dois aspectos dependiam de análises completamente diferentes. E, precisamente por se opor a esta idéia, ele adotou o conceito de cultura que lhe parecia o mais apropriado para dar conta da diversidade humana. (2005, p.40-41)

Foi, portanto, a partir desses pressupostos que Melville Herskovits passou a desenvolver estudos acerca das sobrevivências de traços culturais africanos nas sociedades americanas, voltando seus interesses para a Diáspora Africana e suas conseqüências para as conformações culturais contemporâneas do Novo Mundo (YELVINGTON, 2001). Suas observações possuíram como ponto de partida a delimitação de áreas de cultura no continente africano com base em critérios variados,



como a organização social, a produção de cultura material e a língua. A partir daí, Herskovits atentou para a procedência e a história dos movimentos migratórios forçados de negros que deixaram diversas regiões da África para desembarcar nas Américas, na condição de escravos. A questão a ser resolvida era a seguinte: quais os mecanismos que teriam permitido a transformação ou conservação das culturas negras? (YELVINGTON, 2001, p.229). Para respondê-la, Herskovits utilizou categorias como *sobrevivência* e *aculturação* no tratamento de seus materiais documentais e etnográficos e visitou países como o Haiti e o Suriname, em busca de dados para compor um quadro geral das manifestações culturais africanas na América.

Quando Herskovits enviou ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador uma comunicação que abordava o sincretismo religioso das culturas negras do Novo Mundo (HERSKOVITS, 1940, p.19-29), os diálogos epistolares estabelecidos com Arthur Ramos já existiam. Sobre o significado dessa troca de correspondências, Olívia Maria Gomes da Cunha (1999) coloca sua importância para a “invenção” do campo de estudos africanos no Brasil. No momento em que as perspectivas interpretativas de Herskovits perdiam prestígio nas ciências sociais internacionais por conta da conjuntura científica do entre-guerras (GUIMARÃES, 2005), Ramos tornou-se importante interlocutor. Ele passou a divulgar os trabalhos de Herskovits entre os brasileiros, colocando na pauta de discussão daqui os temas e conceitos da Antropologia Cultural de orientação africanista.

Ramos comenta uma situação dessa divulgação em rascunho de carta a ser enviada para Herskovits, em 26 de março de 1936: “Estarei tratando de divulgar o mais largamente possível o seu trabalho numa conferência próxima que irei realizar em São Paulo sobre ‘As culturas negras no Brasil’ que lhe enviarei logo que sair publicada.”<sup>11</sup> A conferência fez parte de uma série de palestras ministradas no curso de Etnografia organizado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura do estado de São

---

<sup>11</sup> Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Arthur Ramos - I, 35, 15, 173 – Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 26 de março de 1936.



Paulo. E foi a pedido de Mário de Andrade, então diretor daquele Departamento, que Ramos preparou a conferência<sup>12</sup>

Baseando-se nas cartas trocadas entre Arthur Ramos e Melville Herskovits, no período que vai de 1936 a 1940, Olívia Maria Gomes da Cunha afirma que a institucionalização dos “estudos afro-americanos” era preocupação compartilhada por ambos os autores (1999, p.264). Por conta dessas conversas, Ramos acumulou prestígio frente a outros intelectuais da cena letrada nacional, além de ter revisitado seu material etnográfico sob novas balizas teóricas, precisamente, no momento em que publicava seus primeiros livros sobre a presença negra no Brasil (CUNHA, 1999, p.265).

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004) também teceu seus comentários sobre as cartas trocadas entre Ramos e Herskovits. Nesse caso, o material coletado consistiu em dois conjuntos de fontes: 1) correspondência dos Arquivos da biblioteca de Northwestern University, num total de 47 cartas enviadas entre 31/12/1935 e 24/07/1941; 2) correspondências do Arquivo Arthur Ramos da Biblioteca Nacional, num total de 12 cartas trocadas entre 12/08/1941 e 20/08/1949. A partir desse levantamento, Guimarães estabeleceu três periodizações, quais sejam: uma primeira troca de cartas entre 1935 e 1941, a que se segue uma convivência de dois meses, em 1941, na Northwestern University, onde Ramos acompanha o seminário de aculturação de Herskovits; um segundo momento durante o trabalho de campo de Herskovits no Brasil, entre setembro de 1941 e agosto de 1942; e o período que vai do retorno de Herskovits aos Estados Unidos até a morte de Ramos, em 1949.

São identificadas trocas de materiais referentes ao estudo das culturas negras e também algumas informações sobre publicações de trabalhos de Ramos pela Companhia Editora Nacional. A correspondência entre os autores teria iniciado em 1935 com o envio, por parte de Ramos, de um exemplar de *O Negro Brasileiro* (1934) para Herskovits. A iniciativa parece ter sido bem recebida pelo antropólogo norte-americano que, além de responder à carta, enviou a Ramos artigos e livros de sua autoria. Segundo Guimarães as trocas de informações com Ramos significaram a abertura do mundo afro-

---

<sup>12</sup> Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 21, 542. Carta de Mário de Andrade a Arthur Ramos. São Paulo, 20 de abril de 1936.



baiano para Herskovits, importante passo para o avanço de seu projeto de pesquisa intercontinental sobre a cultura dos povos africanos trazidos para as Américas.

De modo que, para o desenvolvimento da Antropologia Cultural norte-americana, o estudo das culturas afro-brasileiras em geral e afro-baiana, em particular, mereceram atenção especial de pesquisadores dedicados ao tema. Considerada a “Roma Negra” da América, a Bahia impressionou os estudiosos que para cá vieram nos anos 30, quando do início de intenso debate travado entre sociólogos e antropólogos, “concentrado em determinar se a cultura negra contemporânea deveria ser interpretada como a sobrevivência da cultura africana ou como uma adaptação criativa às dificuldades e ao racismo” (SANSONE, 2007, p.93). Tais colocações de Lívio Sansone indicam, para aquele contexto, a possibilidade da coexistência de perspectivas teórico-metodológicas diversas durante o II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador. Afora os antropólogos culturalistas interessados em identificar africanismos nas culturas afro-baianas, sociólogos estadunidenses atentaram para as relações de raça brasileiras.

Donald Pierson foi um importante sociólogo que passou pela cidade de Salvador. O interesse na sociedade brasileira teve início quando de seu retorno à Universidade de Chicago, após longa viagem de estudos durante a qual realizou pesquisas em diversos países ao longo da década de 30 (BACELAR, 1997, p.131). Influenciado por Robert Park, seu orientador, Pierson vislumbrou no Brasil a possibilidade de estudar os *contatos* estabelecidos entre as três “raças” supostamente formadoras a humanidade: brancos, negros e índios. A partir de 1935, passou a viver na capital baiana, onde visitou candomblés e observou as relações sociais que teriam marcado a constituição de especificidades em nosso sistema racial.

Proveniente da Escola de Chicago - orientada para os estudos urbanos e de comunidade (ERIKSEN, 2007, p.84) -, Pierson contribuiu para a formação de uma sociologia das relações raciais no Brasil. Um dos principais pressupostos que defendia era o de que a cultura e a “raça” seriam construídas, após o contato entre sociedades, por meio de *conflito*, *competição*, *assimilação* - mecanismo por meio do qual os grupos sociais adquiririam pensamentos comuns, memórias comuns, objetivos comuns e símbolos comuns -, ou *acomodação* - processo pelo qual o indivíduo se ajustaria a uma



situação de conflito sem admitir mudanças em sua maneira de ver essa situação (PIERSON, 1940). Partindo dos estudos realizados na Bahia, o autor postulou que a barreira fundamental imposta à ascensão social dos negros seria o preconceito de cor, compreendendo a experiência negra, através das relações sociais contemporâneas que observava. Ou seja, ao invés de estudar a conformação social baiana por meio da *sobrevivência* de traços africanos, o autor buscou nas relações sociais – entrecortadas pela cor, classe e *status* –, as explicações para as vivências dos negros no Novo Mundo.

Originalmente, para Pierson, a “raça” seria o resultado de uma série de práticas sociais concretas, calcadas na discriminação explícita e violenta aos negros, tal qual a situação de segregação oficial experimentada nos Estados Unidos, contexto a partir do qual o autor desenvolveu seu quadro interpretativo. Como no Brasil não havia uma política estatal oficial de separação dos direitos civis entre “raças” consideradas desiguais, o sociólogo concluiu que aqui não existiam grupos raciais. A suposta ausência de identidade racial, conformada pelas estratégias de resistência ao racismo (BACELAR, 1997, p.133), significou, na pesquisa de Pierson, a ausência da “raça”.

Em substituição à noção sociológica daquela categoria, o autor desenvolveu uma alternativa para pensar as situações observadas em Salvador: a cor, ou *grupos de cor*. Categoria elaborada também em função da miscigenação, à época, entendida como característica das relações raciais brasileiras, cuja ocorrência seria impensável nos Estados Unidos. Por essa razão, Pierson avaliou que aqui não existia discriminação racial e sim, o preconceito de cor. Nesse caso, por discriminação eram entendidas as situações político-sociais marcadas pela segregação oficial e, por preconceito, as situações particulares de desigualdade de tratamento dispensada a pessoas de cor branca e cor negra. Dessa forma, a cor não era considerada uma categoria racializada, mas um marcador social que, eventualmente, adquiria importância. Qual seria, então, a causa das discrepâncias sociais observadas em Salvador? Para Pierson, o principal problema enfrentado pelas pessoas negras era a desigualdade de classe.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Para acompanhar o desenvolvimento do trabalho de Donald Pierson, os principais conceitos utilizados pelo autor, os caminhos de suas pesquisas de campo, sua participação no II Congresso Afro-Brasileiro e a repercussão de sua tese no Brasil, ver a segunda edição de *Branços e Pretos na Bahia* (1971).



Como podemos perceber, as conclusões de Donald Pierson foram, em grande medida, construídas com base no sistema racial estadunidense. Nesse sentido, o programa político do anti-racismo ocidental (GUIMARÃES, 2005, p.41-42) desenvolvido durante os anos 30 influenciou o olhar lançado pelo autor sobre a realidade afro-brasileira, desprovida de políticas públicas oficiais de segregação racial. Evidentemente, hoje sabemos que a ausência histórica de leis segregacionistas no Brasil não significou, absolutamente, a inexistência de práticas discriminatórias concretas. Mas, à época em que Pierson trabalhou em solo brasileiro, a história social do negro proferida por Gilberto Freyre já era um fato estabelecido, inclusive internacionalmente (GUIMARÃES, 2008, p.70). A democracia racial, travestida nas máximas da miscigenação e da ascensão social dos mulatos, parece ter emprestado aos estudos do sociólogo norte-americano alguns aportes discursivos que o conduziram a postular a inexistência de um “problema racial” no Brasil. Somados, sem dúvida, às perspectivas próprias à sociologia da Escola de Chicago que privilegiavam vastas pesquisas empíricas, articuladas a modelos explicativos teóricos.

Ainda, Donald Pierson apresentou importante alternativa ao conceito biológico de “raça”. O autor a entendia como uma conseqüência de relações sociais desiguais, nas quais a ascendência genética (no caso dos Estados Unidos) e a aparência fenotípica (no caso do Brasil) desempenhavam funções específicas nos sistemas classificatórios. Portanto, a “raça” não era considerada um dado natural e sim uma construção social.

Os resultados parciais da pesquisa de Donald Pierson foram divulgados no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador na forma de duas comunicações. Uma tratando das intersecções entre classe e raça; a outra, apresentando reflexões teóricas para o estudo de contatos culturais. Ao que tudo indica, Edison Carneiro o acompanhou em seus trabalhos de campo<sup>14</sup>, provavelmente facilitados pelas relações existentes entre o autor baiano e lideranças religiosas dos candomblés, o que pode ter facilitado a adesão do sociólogo estrangeiro ao II Congresso. E, certamente, para Pierson, seria interessante apresentar seus trabalhos num espaço especialmente dedicado aos estudos sobre o

---

<sup>14</sup> Numa das comunicações apresentadas por Carneiro, o autor faz alusão a uma saída de campo feita por ele e Pierson num terreiro “tradicional” da capital baiana. (CARNEIRO, 1940, p.204)



negro. Ao mesmo tempo, o sociólogo emprestava credibilidade ao conclave, já que era mais um dos membros do plantel internacional participante das atividades ocorridas em 1937. Quando Pierson publicou sua tese de doutorado nos Estados Unidos (1942) e, posteriormente, no Brasil (1943), Arthur Ramos não deixou de escrever a Introdução à primeira edição brasileira. Nela Ramos comenta o interesse com o qual acompanhou as pesquisas do colega norte-americano (RAMOS, 1971, p.67-70).

No contexto de realização do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, a presença de cientistas sociais estrangeiros foi um dos elementos que contribuiu para a conquista de legitimidade e autoridade, freqüentemente reivindicadas por intelectuais brasileiros. O que contribuiu para a ampliação de possibilidades de interpretação da história e sociedade nacionais, através da circulação de pessoas e idéias, bem como da construção transnacional de modelos analíticos. Afora Herskovits e Pierson, vale mencionar o apoio prestado por pesquisadores da América Latina e do Caribe, como Richard Patee (de Porto Rico), Fernando Ortiz (dedicado ao estudo das relações raciais de Cuba) e Salvador García Agüero, de Cuba.

Em relação aos objetivos do II Congresso Afro-Brasileiro – “estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil” –, parece provável que a participação dos estadunidenses esteja relacionada aos trabalhos mais identificados com a “sociologia” e a “antropologia”. É claro que isso não indica a ausência de interesse pelos estudos africanos e de relações raciais por parte de instituições e intelectuais brasileiros. Porém, até a década de 30 estiveram em evidência, na cena letrada nacional, categorias próximas à noção biológica de “raça” e tradições de pesquisa mais conservadoras, portadoras de conteúdos - expressos em (pocas) definições disciplinares - diferentes das áreas do conhecimento acima citadas. Os cientistas sociais de fora, por sua vez, já produziam pesquisas em universidades onde a Sociologia e a Antropologia Cultural passavam por um processo mais consistente de institucionalização (ERIKSEN, 2007, p.70). Tal fato parece ter atribuído, aos conteúdos trabalhados pelos brasileiros, características importantes específicas às ciências sociais dos Estados Unidos.

Nesse caso, Micol Seigel fala, por exemplo, da importância da colaboração transnacional angariada por Arthur Ramos para realizar suas investigações sobre o



negro. Segundo a autora, esse movimento se constituiu em importante marco para a participação brasileira nos estudos sobre a Diáspora Africana<sup>15</sup>, quando o candomblé passou a ser citado com mais frequência e maior segurança como uma prova de que as culturas africanas teriam sobrevivido nas Américas, do que outras tantas instituições afro-americanas (SEIGEL, 2005, p.79).

Por sua vez, esses mesmos conteúdos não fariam sentido nas discussões travadas entre nossos intelectuais se, no Brasil, não existissem situações sociais e políticas atravessadas pelo racismo, e conformações de cultura marcadas pela preservação e resignificação de heranças culturais diversas. Onde, evidentemente, se fazia pertinente a abordagem das relações sociais racializadas e da cultura definida como nacional. Um clássico exemplo das tensões que envolviam o “problema do negro” é a perseguição policial sofrida pelas religiões de matriz africana em Salvador. Na década de 30, as “batidas” realizadas nos terreiros e a divulgação das ações policiais oficiais na imprensa escrita formaram parte de uma série de práticas discriminatórias direcionadas aos afro-descendentes (LUHNING, 2007).

Diante desse quadro, os candomblés tornaram-se não só “objeto” de reflexão científica, como também símbolo de resistência às ofensivas de setores preocupados em alavancar a Bahia rumo à modernidade e à civilização. A divulgação na imprensa escrita da participação de lideranças afro-religiosas no II Congresso Afro-Brasileiro ficou por conta de Edison Carneiro que, juntamente com Jorge Amado e outros, participou do processo de revalorização das culturas africanas e reafirmação de costumes, já em curso na Bahia desde o final do século XIX (BACELAR, 2001, p.129-131).

#### *Referências do passado e reflexões para o presente*

Para finalizar, é importante dispensar algumas palavras a um dos participantes do II Congresso Afro-Brasileiro, cuja trajetória profissional fora atravessada pelas renovações conceituais, institucionais e disciplinares das ciências sociais, porém desde um lugar onde se produziam versões mais conservadoras da formação histórico-social

---

<sup>15</sup>Para inteirar-se das discussões específicas às ciências sociais estadunidenses que influenciaram a construção de interpretações latino-americanas acerca da Diáspora Africana, ver (YELVINGTON, 2001).



do Brasil e suas regiões. Trata-se do intelectual sul-rio-grandense, Dante de Laytano. Escritor polígrafo, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e dedicado a questões relativas às definições historiográficas e políticas da sociedade e dos tipos sociais do Rio Grande do Sul, Laytano esteve sempre interessado nos debates em voga para além da historiografia sulina.

No momento em que a miscigenação culturalizada do cadinho racial brasileiro era convertida em elemento positivo de definição da brasilidade, no Rio Grande do Sul intelectuais organizados em instituições tradicionais pareciam mais preocupados em afirmar o caráter brasílico da Revolução Farroupilha - por muitos, considerada um movimento separatista que negava a inclusão do Rio Grande no corpo da nação – do que incluir negros, imigrantes e castelhanos nas representações sobre a formação social e histórica do estado (NEDEL, 2005, p.245). No IHGRS, ao invés de figurarem na agenda de pesquisa da instituição os temas referentes às definições da cultura brasileira, os historiadores continuavam zelando “pela frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis militares às elites do Estado Imperial.” (NEDEL, 2005, p.246).

Dante de Laytano era partidário da conversão da memória farroupilha em elemento constitutivo da história nacional, devido aos atos heróicos que teriam levaram os gaúchos a guardar as fronteiras do Império Brasileiro. Mas, ao mesmo tempo, o autor quebrou os silêncios historiográficos quanto à incorporação dos contingentes de negros escravizados presentes na construção histórica do Rio Grande do Sul. Estratégia de atuação profissional recomendável naquele período, dada a hegemonia adquirida por intelectuais radicados no nordeste e no Rio de Janeiro quanto às formas mais legítimas de representação da cultura definida como brasileira. Quando a Sociologia e a Antropologia de viés culturalista adquiriam estatutos de cientificidade, a apropriação de categorias das ciências sociais pela historiografia fez parte de um modo mais amplo de ação de setores da intelectualidade sulina, em sua tentativa de tomar parte dos debates sobre folclore e cultura popular realizados nacionalmente. Tal estratégia foi possibilitada por meio da elaboração de interpretações regionalizadas da identidade nacional, incorporadas a esferas burocráticas de gestão da cultura (NEDEL, 2005).



Segundo Nedel (2005), as tensas interlocuções estabelecidas entre intelectuais da “província” e críticos nacionais acabaram por definir os contornos sociais e os conteúdos teóricos e temáticos do regionalismo gaúcho, por meio da manipulação de instrumentos analíticos emprestados da sociologia e da antropologia brasileira e estrangeira. Nesse sentido, as influências sobre a produção historiográfica do Rio Grande do Sul foram desde a incorporação de autores “nativos” já consagrados, até a adoção de propostas de autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Melville Herskovits. No diálogo com outras disciplinas, que não a História, o culturalismo foi incorporado por intelectuais sulinos, a partir de tentativas institucionais e políticas de superar certa marginalidade que o regionalismo sul-rio-grandense experimentava. Justamente, por não refletir em sua estrutura argumentativa os ingredientes da brasilidade, principalmente, a miscigenação entre negros e brancos.

Quando Dante de Laytano foi a Salvador participar do II Congresso Afro-Brasileiro, os diálogos epistolares constituídos entre ele e Arthur Ramos já existiam. Pudemos identificar no *Arquivo Arthur Ramos*, presente na Biblioteca Nacional, um conjunto de quinze correspondências trocadas entre os autores, de 1936 a 1940. As catorze cartas enviadas de Laytano para Ramos traziam assuntos diversos, incluindo elogios ao “mestre em africanologia”, pedidos de publicação em editoras importantes e trocas de materiais escritos. Por meio desses diálogos, Dante tomou parte do evento a ser realizado na capital baiana, com o qual contribuiu com uma comunicação sobre *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul* (LAYTANO, 1940).

Apesar de conhecer as discussões sobre “raça” e cultura realizadas por pares concorrentes no âmbito das ciências sociais, Laytano jamais abandonou categorias analíticas próprias ao tipo de historiografia produzida nos Institutos Históricos e Geográficos, como é o caso da noção biológica de “raça”, aliada ao evolucionismo. Respondendo ao contexto intelectual sul-rio-grandense e nacional de produção, o objetivo do autor foi o de legitimar o regionalismo do Rio Grande do Sul, através da manipulação retórica de perspectivas mais “modernas” de abordagem da cultura.

A coexistência de tantas possibilidades teóricas de compreensão das relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador nos leva a considerar que tanto a



instrumentalização de conceitos referentes a variados contextos espaciais e temporais de produção do conhecimento, quanto as tentativas de superação de modelos analíticos calcados na “raça” biológica, por exemplo, fizeram parte do mesmo processo histórico. Dessa forma, é fundamental atentar para o fato de que essas e outras perspectivas possuíram condições sociais, institucionais e “científicas” legítimas de elaboração e reprodução. Onde os próprios autores figuraram como sujeitos conscientes de suas escolhas e participantes da construção das relações raciais brasileiras, através da elaboração de modelos eruditos que, supostamente, serviriam como base verdadeira para a leitura de realidades excludentes.<sup>16</sup>

Por outro lado, a participação de militantes, lideranças afro-religiosas e intelectuais engajados numa luta anti-racista no conclave, nos faz pensar que era possível questionar aqueles mesmos modelos sob bases argumentativas teóricas e político-sociais. Categorias como “raça”, cor e cultura, entre outras tantas, foram, portanto, o resultado de processos históricos concretos, inscritos em contextos específicos e marcados por tensões permanentes. Assim, ultrapassaram especulações intelectuais e querelas científicas, para operarem socialmente em múltiplos espaços e, por essa razão, tais categorias devem ser consideradas construtos sociais e históricos.

Para além da coleta de materiais etnográficos, a elaboração de modelos interpretativos sobre a cultura e a sociedade brasileiras fora perpassada pela montagem de quadros comparativos relacionais. Dessa forma, o Brasil foi compreendido em suas especificidades, a partir das características de outros países das Américas, historicamente marcados pela Diáspora Africana e pela formação de sistemas raciais calcados em padrões classificatórios diversos. Assim, para entender a operação de modelos analíticos, por parte de intelectuais interessados na presença afro-descendente em terras brasileiras, será sempre necessário considerar, entre outras, a dimensão transnacional que caracterizou a constituição do campo dos estudos africanos no Brasil.

### *Bibliografia*

---

<sup>16</sup> Essa discussão está presente em artigo de Ângela Figueiredo e Osmundo Araújo (2002)



ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil* v. 1. São Paulo: Sumaré/ IDESP/ FAPESP, 2001.

BACELAR, Jeferson. Donald Pierson e os Brancos e Pretos na Bahia. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, outubro de 1997. p. 129-143.

\_\_\_\_\_. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto; GIMARÃES, Reginaldo. Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Edison. Homenagem a Nina Rodrigues. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Edison. Uma revisão na etnografia religiosa afro-brasileira. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. p. 61-70

CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORRÊA, Mariza. Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final da década de 1930. *Anais da Biblioteca Nacional. Seminário Diários de Campo*. Vol. 1, 1999.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a 'raça' e inventando a 'nação'. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Arthur Ramos, Antropologia e Psicanálise no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 119, 1999.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2007.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (org.). *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela e PINHO, Osmundo de Araújo. Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas Ciências Sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (2004). *Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herkovits e Arthur Ramos (1935-1949)*. [www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Africanismo%2520e%2520democracia%2520racial.pdf)



- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUHNING, Ângela. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP: DOSSIÊ POVO NEGRO – 300 anos*. n° 28, São Paulo, 2007.
- HERSKOVITS, Melville. Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro no Novo Mundo. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- LAYTANO, Dante de. O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
- NEDEL, Leticia Borges. *Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). *Estudos: Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. n. 7, dezembro 1996.
- PIERSON, Donald. *Um sistema de referência para o estudo dos contatos raciais e culturais*. Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). In: *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
- RAMOS, Arthur. Introdução à Primeira Edição brasileira. In: PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. p.67-70
- RAMOS, Arthur. “Nina Rodrigues e os estudos negro-brasileiros.” In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA/ Pallas, 2007.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEIGEL, Micol. Beyond Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, winter 2005.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. Salvador, *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 87-144.

STAUM, Martin. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914). In: *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, (Jul., 2004), p. 475-495.

YELVINGTON, Kevin A. The Anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: Diasporic Dimensions. *Annual of Anthropology*. v. 30, 2001. p.227-260.